

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

VENDA EXTRAJUDICIAL DO BEM

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL — RECIBO APÓCRIFO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - EXTINÇÃO DO PROCESSO - DANO MORAL - DANO MATERIAL - RECUSA NA LIBERAÇÃO DO BEM

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE, já qualificada, por seus advogados adiante assinados, nos autos da RECLAMAÇÃO nº ..., que lhe é movida por ... e ..., vem respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, para se manifestar sobre o contido às fls 22 a 24, e apresentar MEMORIAL, o que faz nos seguintes termos: QUANTO À ALEGAÇÃO DA REVELIA 1 - Não pode prosperar a alegação de revelia, pois a Requerida compareceu à audiência de conciliação, através de sua advogada, com poderes plenos, inclusive para fazer acordo, firmar compromisso e transigir. 2 - Por outro lado, também presente o preposto da empresa, com poderes para dar depoimento pessoal e obrigando a outorgante pelas declarações prestadas. 3 - O que houve é que apesar advogada da Requerida ter levado procuração, no momento da audiência não foi juntada pela escrivania a mesma, mas tão somente o substabelecimento. 4 - A procuração é aquela de fls. ..., juntada novamente e agora nos autos, suprimindo qualquer irregularidade. 5 - No entanto, o importante é que a audiência é uma, mesmo dividida em duas etapas e a Requerida não pode ser declarada revel, mormente por estar presente e ter apresentado defesa. MÉRITO 6 - A questão nuclear do processo gira em torno de um recibo apócrifo, que teria sido feito pelo Requerente em favor da Requerida, no valor de R\$... A Requerida demonstrou, através de prova documental, que tal documento não entrou em sua conta corrente. Por outro lado, o Requerente ficou-se em silêncio no sentido de fazer contra-prova, não juntando nenhum outro documento e muito menos o original. Cabe à Vossa Excelência examinar o conjunto probatório e dar a justa prestação jurisdicional. 7 - A má-fé continua, na medida em que o recibo - declaração, de fls.16, comprovadamente tem um erro material de data, pois foi emitido em data de ... de ... de ... e constou como ... de ... de ... 8 - Vejamos os fatos: O Requerente ... só apareceu na relação jurídica após ter adquirido a motocicleta do consorciado... Muito bem: a contemplação do consorciado ..., ocorreu em ... de ... de ..., tendo-lhe sido outorgada de crédito e adquirida a motocicleta conforme documentos inclusos. Tal bem, depois de adquirido é que foi negociado com o Sr. ... Pergunta-se: Como é que o Sr. ... compareceu no Escritório Jurídico da Requerida em ... de ... de ..., quando a negociação foi feita meses após, e o bem talvez estivesse em fabricação ou nem montado? Trata-se de litigância de má-fé e querer trazer ao Judiciário, informações não verdadeiras e tentar induzir o Juiz em erro. Vamos repetir os fatos: a) Efetivamente, o primeiro Requerente Sr..., adquiriu do Sr. ..., um veículo marca ..., tipo MOTOCICLETA, modelo ... cor PRETA, ano..., chassi nº ..., alienado fiduciariamente à ... b) Quando adquiriu este bem, o mesmo estava com parcelas vencidas e para obter a liberação fazia-se necessário que estas parcelas vencidas, fossem pagas. c) Por estar em ... de ..., com as últimas 7 (sete) parcelas já vencidas, da 44 (vencida em julho/...) à 50 (vencida em fevereiro/...), o processo já se encontrava no Escritório Jurídico da Requerida, que inclusive havia notificado extrajudicialmente o consorciado ... em ... de... de ... d) Assim sendo, o Sr. ..., foi em ... de ... de..., ao Escritório Jurídico da Requerida, e lá estando, apresentou um comprovante de depósito no valor de R\$... efetuado em dinheiro, no Banco ..., em ... de ... de ... e) Diante disso, acreditando no depósito apresentado pelo Requerente, do débito existente naquele dia, foi descontado o referido valor de R\$..., restando ainda para pagamento da dívida R\$..., o qual foi pago em dinheiro. f) Neste ato, foi fornecido um recibo de R\$..., dando quitação do débito, tendo em vista que a Requerida acreditou na boa-fé do Sr. ..., quanto à veracidade do comprovante de R\$... apresentado, quando

o posteriormente concluiu-se que tal depósito não existia. O recibo fornecido, por um erro de digitação, saiu com data de ..., quando na verdade o pagamento foi feito em... g) Exatamente neste ponto, é que os Requerentes estão tentando induzir Vossa Excelência em erro, tentando eximir-se da responsabilidade do depósito de R\$..., alegando que o mesmo fora efetuado após o pagamento dos R\$..., o que não é verdade. Um simples erro de digitação, não poderá jamais tirar a veracidade dos documentos existentes. h) O Requerente, alega que pagou em data de ... Impossível, tendo em vista que nesta data, não e